

15. Acordo de colaboração entre o Município de Braga e a Ridemovi Portugal Unipessoal, Lda., para a instalação e operação de sistema de partilha de trotinetes, ciclomotores e velocípedes a motor elétrico.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o acordo de colaboração entre o Município de Braga e a Ridemovi Portugal Unipessoal, Lda., para a instalação e operação de sistema de partilha de trotinetes, ciclomotores e velocípedes a motor elétrico, de acordo com documentos constantes no processo.

Assunto: Proposta de Celebração de Memorando de Entendimento com a Empresa de Mobilidade Partilhada "Ridemovi"**PROPOSTA:**

A celebração deste Memorando de Entendimento com a empresa Ridemovi é uma iniciativa para promover os modos suaves, apostar na mobilidade sustentável e incentivar o uso de modos de transporte partilhados em Braga. O transporte sustentável desempenha um papel fundamental na redução da poluição atmosférica, diminuição do congestionamento do tráfego e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. A empresa Ridemovi tem demonstrado interesse em ajudar a trilhar este caminho, especialmente pela aposta no modo ciclável, disponibilizando desde já 150 bicicletas elétricas.

Conteúdo do Memorando de Entendimento (anexo):

O Memorando de Entendimento em anexo estabelece as obrigações e responsabilidades de ambas as partes, bem como o cronograma de implementação e as áreas de não acesso pelos veículos. As principais disposições do Memorando de Entendimento incluem:

- Implementação de uma rede de veículos de mobilidade partilhada: A empresa Ridemovi compromete-se a disponibilizar uma frota de veículos, incluindo bicicletas elétricas, para uso da população, garantindo a acessibilidade e disponibilidade adequadas.
- Manutenção e operação dos veículos: A Ridemovi será responsável pela manutenção regular dos veículos e pela sua operação segura. Além disso, eles garantirão a disponibilidade de uma equipa de suporte para lidar com qualquer problema técnico ou emergência.
- Divulgação e promoção: A empresa Ridemovi compromete-se a realizar campanhas de consciencialização e divulgação para incentivar o uso dos modos suaves e da mobilidade partilhada em nossa cidade. Também se comprometem a promover o uso das bicicletas elétricas como uma alternativa sustentável e saudável de transporte.
- Integração com infraestrutura existente: A Câmara Municipal fornecerá o suporte necessário para garantir a integração eficiente dos serviços da Ridemovi com a infraestrutura urbana existente, incluindo a criação de "hospots" e o mapeamento das áreas de não acesso pelos veículos.

Benefícios e Impactos Esperados:

Entende-se que a celebração deste Memorando de Entendimento trará uma série de benefícios e impactos positivos para Braga, incluindo a ajuda na:

- Redução das emissões de carbono e melhoria da qualidade do ar.
- Diminuição do congestionamento do tráfego e melhoria da fluidez nas ruas.
- Incentivo ao estilo de vida saudável e ativo, promovendo o uso de bicicletas elétricas.
- Aumento da oferta de opções de transporte para os cidadãos, especialmente para trajetos curtos e médios.
- Estímulo ao turismo sustentável e ao desenvolvimento económico local.

Assim, com base nos benefícios supra mencionados e no compromisso da empresa Ridemovi com a mobilidade sustentável, solicita-se a aprovação da celebração do Memorando de Entendimento com a Ridemovi. Esta parceria estratégica fortalecerá os esforços de promoção da mobilidade sustentável e a melhoria da qualidade de vida em Braga.

O Chefe de Unidade,

Anexos:

1. **Proposta de Memorando de Entendimento;**

Acordo de colaboração entre o Município de Braga e a RideMovi para a instalação e operação de sistema de partilha de trotinetes, ciclomotores e velocípedes a motor elétrico.

ACORDO DE COLABORAÇÃO

Este acordo, rege as relações entre:

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, com morada na Praça do Município, 4700-435 Braga, doravante designada “CMB”, neste ato representada pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

RIDEMOVI PORTUGAL UNIPessoal, LDA com morada na Avenida da República, Nº 6, 7º ESQ 1050-191 LISBOA, Portugal, doravante designada “Operadora”, neste ato representada pelo seu Gerente, Alessandro Felici, com domicílio em Rua (Via Tolosa 52 00144 Roma, Itália).

Que celebram o presente Acordo de Colaboração (“Acordo”), que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª - Objeto

1. O presente Acordo tem por objeto a definição e o estabelecimento das regras e condições a que fica sujeita a instalação e operação, pela Operadora, no Município de Braga, de um sistema de mobilidade partilhada (“*sistema*”) de:
 - a. trotinetes elétricas (*scooters*) (equiparadas a velocípedes que podem circular em pistas de velocípedes e em pistas mistas de velocípedes e peões)
 - b. ciclomotores elétricos (*mopeds*); e/ou
 - c. velocípedes elétricos (*bikes*);(trotinetes elétricas, ciclomotores elétricos e motociclos elétricos designados, em conjunto, por “Veículos”)
2. As datas estimadas de arranque do sistema e desenvolvimento da operação, bem como o número máximo de Veículos, por tipologia, que a Operadora poderá vir a incluir no sistema, constam do diagrama de Gantt anexo ao presente Acordo (**Anexo I**), o qual poderá ser objeto de ajustes e modificações em função da evolução da operação,

ajustes e modificações essas que, sem prejuízo da sua comunicação prévia ao Município de Braga, não deverão ser recusadas salvo na medida em que contrariam o disposto neste Acordo, na lei ou regulamentação aplicáveis e/ou os princípios e objetivos prosseguidos pelas partes.

Cláusula 2.ª - Deveres da Operadora

1. A operação da Operadora deve estar em conformidade com as regras legais e regulamentares aplicáveis em matéria de circulação e estacionamento dos Veículos em questão, e deverá ocorrer de modo a não causar perturbações à circulação e a não prejudicar a acessibilidade e segurança de pessoas e bens na via e espaços públicos, nomeadamente a de pessoas com mobilidade reduzida.
2. Os Veículos serão disponibilizadas pela Operadora nos locais destinados para o efeito (“hotspots”), cuja localização e instalação serão comunicados, autorizados e acompanhados pelo Município de Braga, e/ou nos demais lugares legalmente destinados para o efeito;
3. A Operadora deve salvaguardar que os Veículos são sujeitos à manutenção efetuada e apresentam as condições de segurança exigidas para proteção de utilizadores, assegurando, nomeadamente, que:
 - a. Os Veículos são resistentes e fiáveis e têm, em perfeitas condições de funcionamento, todos os dispositivos de segurança como travões ou luzes regulamentares, tal como especificado e garantido pelos respetivos fabricantes;
 - b. Não será disponibilizado qualquer equipamento com motor de combustão;
 - c. A velocidade máxima, tal como especificada pelo fabricante, não pode ultrapassar em patamar os 25 km/h;
 - d. Os Veículos têm localização GPS.
4. A Operadora deve dar informação aos utilizadores sobre o funcionamento, segurança rodoviária e normas de utilização aplicáveis aos Veículos em questão, e que:
 - a. A informação de segurança prestada é objetiva e clara, e encontra-se disponível em cada um dos Veículos disponibilizados;
 - b. No momento da reserva do Veículo, o utilizador tem acesso a toda a informação sobre as boas práticas de utilização e circulação na via pública, assim como regras de estacionamento, aplicáveis aos Veículos e à sua utilização;

- c. A plataforma/aplicação eletrónica disponibilizada pela Operador aos utilizadores permite a exibição regular de mensagens ou conteúdos de e-learning visando a sensibilização e formação dos utilizadores sobre as boas práticas de utilização e circulação na via pública, assim como regras de estacionamento, aplicáveis aos Veículos e à sua utilização;
 - d. A Operadora organiza ações de formação periódicas de sensibilização e esclarecimento das suas equipas;
 - e. A plataforma/aplicação eletrónica disponibilizada pela Operadora aos utilizadores suporta comunicações em diversas línguas, incluindo português, inglês e espanhol.
- 5. A Operadora deve assegurar que os Veículos, quando operados corretamente, de acordo com as condições e limitações aplicáveis e nas vias adequadas, não constituem perigo para os outros utilizadores da via, nem obstaculizam ao direito de passagem e uso da via pública dos restantes utilizadores.
- 6. Os locais de localização e instalação dos Veículos e as áreas e locais de circulação e estacionamento dos Veículos poderão ser diferentes em função do tipo de Veículo e dos equipamentos e infraestruturas associadas.
- 7. A Operadora deve remover ou relocalizar os Veículos, que se encontrem estacionadas em locais proibidos ou fora das áreas autorizadas ou designadas para o efeito, que causem obstrução à circulação e à acessibilidade e utilização de vias e passeios por outros utilizadores, por iniciativa própria e também sempre que solicitado pelo Município de Braga,
 - a. A plataforma/aplicação eletrónica disponibilizada pela Operadora aos utilizadores informa os utilizadores sobre os locais de paragem autorizados;
 - b. Os Veículos são distribuídos em todos os locais e regularmente redistribuídas manualmente;
 - c. Sempre que o Município de Braga criar novas zonas de estacionamento ou circulação e as comunique à Operadora, a mesma procederá à respetiva incorporação no sistema, incluindo as mesmas em prazo razoável e tão brevemente na informação disponível na plataforma/aplicação eletrónica disponibilizada aos utilizadores;

- d. A Operadora deve assegurar um meio de comunicação adequado que permita aos serviços do Município, ou entidades que este indicar, contactarem-na durante o horário de funcionamento do sistema para comunicação da necessidade de realocização/remoção de Veículos nos termos atrás previstos;
 - e. A Operadora, ou quem atue por sua conta, deverá, para as operações de disponibilização ou remoção dos Veículos, recorrer sempre que possível a outros veículos elétricos e, ainda, abster-se de perturbar a circulação pedonal, ciclável e rodoviária, nomeadamente evitando parar em segunda fila;
 - f. A Operadora deve possuir um mecanismo de incentivo ou penalização que promova o estacionamento dos Veículos nos locais autorizados ou designados.
8. A plataforma/aplicação disponibilizada pela Operadora deve dispor de mecanismos de indicação das limitações de velocidade, circulação e estacionamento aplicáveis nas zonas identificadas como zonas de maior sensibilidade para utilizadores vulneráveis ou nas quais tais limitações sejam impostas por motivos de qualidade de espaço público.
- a. Para efeitos do disposto no número 8 anterior, a Operadora não disponibilizará Veículos para recolha de utilizadores nas áreas proibidas constantes das plantas constantes do **Anexo II** a este Acordo.
9. A Operadora dará resposta pronta às questões operacionais que lhe sejam apresentadas pelo Município de Braga relativamente à operação do sistema e à circulação, estacionamento, disponibilização e recolha de Veículos no Município de Braga, relacionadas com o âmbito deste Acordo e as obrigações da Operadora. Não se consideram questões operacionais aspetos de natureza económico-financeira ou que contenham informação que deva considerar-se confidencial ou não conhecida ou acessível pela concorrência, designadamente, informação que constitua segredos de negócio ou que seja suscetível de ser objeto de direitos de propriedade intelectual ou de natureza análoga.
10. A Operadora assegurará ainda que:
- a. Efetua a manutenção e limpeza regulares dos Veículos, disponibilizando Veículos em estado de limpeza adequado e adequadas condições de funcionamento considerando o equipamento, as especificações do fabricante e as finalidades da utilização, tornando imediatamente indisponíveis e procedendo à recolha dos Veículos avariados;

- b. Os Veículos possuem matrícula ou, não sendo o caso, têm bem visível um número identificativo de cada aparelho e o contacto de apoio ao cliente visível na aplicação.
 - c. A Operadora dispõe de um serviço de atendimento:
 - i. Disponível, no mínimo, entre as 7h e as 22h, para apoio técnico;
 - ii. Disponível 24 horas para emergências.
 - d. No período de atendimento (7h – 22h) os estacionamento abusivos reportados são resolvidos num período máximo de 6 horas;
 - e. Afetará às necessidades de apoio ao cliente/utilizador, redistribuição das Veículos e ações de manutenção/limpeza, um número adequado de recursos, tanto através do seu quadro de pessoal, cuja constituição deverá atender ao vínculo contratual mínimo resultante da lei laboral aplicável, seja através da subcontratação de parceiros idóneos para o efeito;
 - f. Quando existentes, os sistemas de alarme contra furto ou utilização indevida dos Veículos, não devem funcionar por períodos superiores a 5 minutos.
11. A Operadora cumprirá, no que lhe for aplicável, as obrigações para a mesma resultantes das apólices de seguro que segurem o risco de acidentes pessoais dos utilizadores, bem como o disposto na lei aplicável em matéria de tratamento e proteção de dados pessoais dos utilizadores, tanto no início do serviço como durante as viagens.

Cláusula 3.ª - Relações entre o Município e a Operadora

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 9 da Cláusula 2.ª, a Operadora facultará ao Município, para seu próprio uso, informação anonimizada, em formato normalizado, sobre a utilização dos Veículos, adequada à otimização da rede ciclável e das zonas de estacionamento, assegurando, para o efeito, que:
 - a. A informação integra dados das viagens efetuadas por utilizadores em Veículos (excluindo informação económico-financeira) e a localização dos Veículos;
 - b. A informação prevista na alínea anterior será disponibilizada em relatórios mensais, através da exportação direta dos dados de utilização dos Veículos;
 - c. Fornecerá o Município sínteses/sumários semanais da utilização dos Veículos;

- d. Quando solicitada pelo Município, a informação relativa à localização dos Veículos será disponibilizada, em tempo real, através de API;
- e. Levará a cabo um inquérito de satisfação aos utilizadores do sistema, a cada 6 meses, cujos resultados entregará ao Município;
- f. A plataforma da Operadora permitirá definir áreas de estacionamento em “geofence”.

Cláusula 4.ª - Locais de disponibilização e estacionamento dos Veículos

Sem prejuízo das regras gerais aplicáveis em matéria de estacionamento deste tipo de veículos, os Veículos não poderão ser disponibilizadas pela Operadora fora dos “hotspots” identificados ou dos locais legalmente previstos para o efeito.

Cláusula 5.ª - Remoção de Veículos e outros equipamentos

1. Os Veículos podem ser removidos pelo Município nos casos previstos no Código da Estrada e respetiva legislação complementar, sem prejuízo da possibilidade de remoção pelas demais entidades fiscalizadoras com competência para o efeito.
2. Os custos e encargos com a remoção de Veículos nos termos do número anterior serão da responsabilidade da Operadora, sem prejuízo da responsabilidade legal e contratual dos utilizadores.
3. Os Veículos removidos pela Polícia Municipal são depositadas em Parque de Viaturas Rebocadas pela Polícia Municipal e o seu levantamento apenas poderá ser efetuado pela Operadora após demonstração da propriedade, posse ou utilização autorizada das mesmas, e após pagamento dos montantes legalmente devidos.
4. A Operadora deve garantir que os Veículos integrados no sistema que opera são célere e facilmente identificáveis.

Cláusula 6.ª - Intervenções na Via Pública

Quaisquer intervenções infraestruturais ou outras consideradas necessárias pela Operadora para a promoção da sua atividade carecem de prévia análise e autorização do Município, sendo os respetivos encargos da responsabilidade da Operadora.

Cláusula 7.ª - Início da operação

A Operadora poderá dar início à operação no Município de Braga após a data de celebração do presente Acordo, precedida da respetiva aprovação em reunião da câmara, considerando-se como data de início de operação a data que para o efeito venha a ser comunicada pela Operadora ao Município com antecedência de 15 (quinze) dias, em comunicação por este confirmada.

Cláusula 8.ª - Prazo, modificação e cessação do Acordo

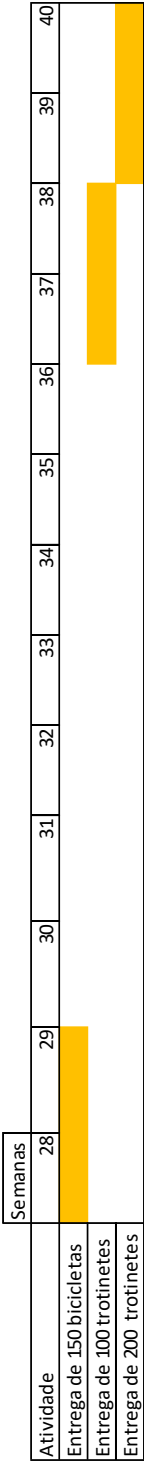
1. O presente Acordo vigorará pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data de início de operação, considerando-se automaticamente renovado por iguais períodos, a partir da data de início da operação visada pelo Acordo, salvo oposição de qualquer das Partes, mediante carta registada com aviso de receção dirigida à outra Parte, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. O presente Acordo pode ser modificado pelo Município, por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes, designadamente no que se refere à localização autorizada dos hotspots.
3. O presente Acordo cessará a sua vigência:
 - a. Por caducidade, com a entrada em vigor de regras regulamentares ou legais que venham a regular, de modo geral, a operação de sistemas de partilha de veículos elétricos partilhados e que sejam aplicáveis no território municipal, sem prejuízo da continuação da atividade da Operadora ao abrigo das novas regras.
 - b. Por revogação, mediante acordo entre as Partes.
 - c. Por resolução fundada em incumprimento, nos termos gerais aplicáveis.

Pela Câmara Municipal de Braga,

Pelo Operador,

ANEXO I

Diagrama de Gantt



Anexo II

Plantas contendo áreas vedadas para disponibilização de Veículos a utilizadores

